

Aula 00

*Prefeitura Municipal de Itapevi-SP
(Professor Educação Básica II - Especial)
Conhecimentos Específicos - 2024
(Pós-Edital)*

Autor:
Mariana Paludetto de Andrade

03 de Dezembro de 2024

Sumário

<i>História da inclusão escolar no Brasil</i>	3
<i>Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica e A Escola</i>	12
<i>(Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial.)</i>	12
<i>Os 4 pilares da educação e a educação especial</i>	24
<i>Questões Comentadas</i>	26
<i>Lista de Questões</i>	39
<i>alternativa (e) Gabarito</i>	54



APRESENTAÇÃO PESSOAL

Olá, pessoal!

Meu nome é **Mariana Paludetto** e sou professora de Conhecimentos Pedagógicos aqui no Estratégia Concursos. Minha principal formação é como Pedagoga mas também sou Bióloga e possuo especializações em Educação Inclusiva, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Psicomotricidade e Docência no Ensino Superior. Hoje, sou mestranda em Educação.

Durante minha vida profissional, trabalhei sempre na rede pública. Comecei na SME SP como estagiária, ainda durante a graduação em Pedagogia, e em 2010, poucos meses após me formar, conquistei minha primeira aprovação em concursos públicos, na própria SME SP no cargo de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Alguns anos depois, em 2015, fiz um concurso de acesso para Diretor de Escola e consegui minha aprovação (21º). Nesse meio tempo, também consegui algumas outras aprovações: fiquei em 9º para Oficial de Promotoria - Pedagogo no MP/SP e em 2º para Professor de Educação Infantil no SESC.

Comecei a trabalhar com preparatórios para concursos públicos em 2018 e logo depois fiz o processo seletivo do Estratégia Concursos, onde hoje sou professora exclusiva - ou seja, vocês só terão acesso ao meu material e as minhas aulas por aqui :)

Certamente minha experiência como concurseira tem me ajudado a ser uma professora melhor para vocês. Fazer as provas (e eu ainda faço, estou fazendo provas de concurso todo semestre!) me deixa bem atenta com as novidades e com as tendências das bancas.

Nas redes sociais também estou sempre produzindo conteúdo direcionado para quem está se preparando para concursos. Não deixe de me seguir por lá!

Youtube: *Canal Mari Pedagoga*

Instagram: @mari.pedagoga



HISTÓRIA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Grosso modo, educação inclusiva é aquela educação que **inclui a todos**, àquela que todos têm direito à **acesso e a permanência, com garantia de qualidade**. Sendo assim, o estudo sobre a história da educação inclusiva deve partir do ponto da **democratização do acesso à educação**. Vamos fazer um breve passeio pela história da educação, com objetivo de identificar em qual momento da nossa história a educação começou a se tornar democrática em seu acesso e permanência.

Educação Primitiva: Nas primeiras sociedades, a educação acontecia de forma espontânea e através do exemplo. Não existia nenhum tipo de escola ou de forma de ensino sistematizado. Tudo aquilo que precisava ser ensinado para as crianças através da oralidade e da imitação.

Educação Oriental: No Oriente surgiram as primeiras civilizações. Nesse período, a educação também era constituída da transmissão oral de tradições e costumes dos mais velhos sendo passadas aos mais jovens. Aqui, já existiam instituições que se assemelham ao que hoje chamamos de escola.

No Egito, por exemplo, as crianças começavam a frequentar a escola por volta dos sete anos de idade e aprendiam a ler, contar, conceitos de astronomia, música e poesia.

Já os hebreus tinham um sistema educacional com duração de quase uma década, marcado fortemente pelo ensinamento de preceitos religiosos e no desenvolvimento de habilidades manuais.

A China também tinha uma educação marcada pelo ensinamento religioso e se destaca pela rigidez e controle que os mestres tinham sob seus discípulos.

Todos esses modelos de educação, porém, não eram de acesso democrático. No Egito, apenas os mais ricos tinham acesso à educação. Entre os hebreus e chineses, a educação era diferente para aqueles que eram mais ricos e aqueles que eram mais pobres.

Na Índia, a desigualdade no acesso à educação era ainda mais potente: a educação dependia da casta ocupada pela criança. Os de castas superiores tinham acesso a um modelo educacional semelhante ao que temos hoje, os mais pobres eram educados apenas em atividades



manuais e os párias não tinham direito a nenhum tipo de acesso a educação ou preparação ao trabalho.

Educação Grega: No ocidente, o acesso à educação tem início com os processos de educação grego e também romano. Na Grécia, com surgimento da pólis (a cidade), aparece a urgência de se preparar e formar o cidadão, aquele que deve saber viver no ambiente democrático proposto por esse novo modelo de organização social. Paralelo a isso, várias ciências começaram a ser desenvolvidas nesse período histórico, como a astronomia, a geometria e a matemática, tornando o ambiente propício para a organização de um sistema de educação mais sistematizado.

Para a educação grega, deveria ser formado o homem virtuoso, completo, o que só seria possível através de uma educação que integrasse corpo e mente. Baseado nesse ideal de homem que se pretendia formar, um modelo de “escola” começa a surgir.

As crianças pequenas, até por volta dos seus cinco anos de idade, eram educadas em casa e não deviam ter acesso a nada que pudesse corrompê-la ou prejudicar seu desenvolvimento moral, sendo considerado até mesmo inadequado deixar tais crianças aos cuidados de escravos.

A partir dessa idade, os meninos começavam a ter acesso à educação. Em Esparta, se privilegiava o desenvolvimento físico e a formação para a guerra, com a criança crescendo sob muita rigidez e com necessidade de obediência. As mulheres também participavam das atividades de desenvolvimento físico e das festividades. Vale lembrar que, com essa valorização das capacidades físicas, não existia espaço nenhum para inclusão de deficientes ou de pessoas com qualquer tipo de necessidade especial.

Já em Atenas, a educação era destinada a todos os cidadãos livres (ou seja, excluía-se dos processos de educação escravos e mulheres), e esses tinham acesso ao ensino da filosofia, da música, das letras e da matemática até que completassem 18 anos.

Como podemos observar, o modelo de educação grego também não é um modelo inclusivo, pois excluía as mulheres e os mais pobres da possibilidade de acesso à educação, ou limitava a educação a apenas aspectos específicos, que não compreendem esse ideal de formação integral do indivíduo.



Um aspecto interessante da educação grega consiste no surgimento da ideia de educação que favorecendo o desenvolvimento global do indivíduo, em seu aspecto físico, moral e cognitivo. Esse ideal de educação perdura até hoje, tendo se destacado nos últimos anos como um modelo de Educação Integral.

Educação Romana: Na formação romana, o foco estava no caráter prático da educação. Assim, a preparação geralmente estava em torno do desenvolvimento de ofícios e a formação do guerreiro, além do desenvolvimento de habilidades para vida em sociedade e em família.

Nesse modelo, as crianças pequenas eram ensinadas em casa pelas mães e a partir dos sete anos de vida, passavam a ter acesso a um modelo de escola, onde as classes dominantes teriam acesso à cultura, arte, filosofia, matemática e letras, enquanto as classes “inferiores” teriam acesso apenas à formação para exercício de um ofício.

O modelo de educação romano também não é democrático em seu acesso, excluindo mulheres e os mais pobres.

Educação Medieval: Durante o período medieval, a educação ficou sob o domínio da Igreja e do cristianismo. Todo conhecimento produzido deveria estar a serviço da fé e a verdade absoluta só era encontrada na religião. Assim, as ciências que estavam se desenvolvendo com muita força anteriormente passaram a encontrar grandes obstáculos, passando a serem subordinadas ao conhecimento religioso.

Nessa época, surge a Escolástica, que é um “modelo” de escola cuja a função principal estava voltada para a capacidade de evangelizar do que de ensinar conhecimento produzido pela humanidade e trazia uma escola que se perpetuaria por muito tempo: uma escola baseada na disciplina rígida, marcada por prêmios por bom comportamento e castigos para comportamentos indesejados, pautada no ensino do latim, da gramática e da retórica.

Aqui, a escola continuava sendo excludente. Apenas homens membros das classes mais ricas da sociedade tinham acesso à educação, enquanto a grande maioria da população e as mulheres permaneciam sem nenhum tipo de acesso à educação formal.



Apenas o clero (pertencente à Igreja) sabia ler e tinha acesso aos livros e às descobertas científicas. A grande maioria da população permanecia analfabeta. Conhecimento era poder e todo poder era restrito ao clero.

Educação no Renascimento: O Renascimento foi um período marcado por grandes mudanças nas concepções de homem e de mundo. Volta a crescer um sentimento de valorização do conhecimento científico em detrimento do religioso, com início do desenvolvimento da ciência moderna. Aqui a escola tinha uma metodologia pautada no aprendizado através das experiências e o surgimento da ideia de meritocracia: alguns já nasceriam com habilidades inatas voltadas para o conhecimento científicos e deveriam ser incentivados a continuar estudando e se aperfeiçoando, enquanto outros, sem essa aptidão natural, deveriam estudar apenas o suficiente para aprender um ofício.

Com isso, a educação continuava a ser excludente com mulheres e pobres, que raramente eram dotados dessa aptidão natural, enquanto todos os clérigos e nobres continuavam tendo melhores índices de acesso ao ensino.

Educação Burguesa: A partir da Contra Reforma, começam a surgir os Colégios Jesuítas e uma grande quantidade de manuais para pedagogos e para a educação em geral. Nesses Colégios, a educação abrangia os conhecimentos científicos, porém, eles deveriam estar “de acordo” com o que pregava a religião e os ensinamentos religiosos eram parte importante da educação.

Foi na Revolução Francesa, em 1789, que surge a primeira ideia de uma escola com acesso democrático. Os burgueses, até então excluídos dos processos educacionais que só abrangiam a nobreza e o clero, começam a reivindicar uma educação que fosse pública, gratuita, para todos e laica (ou seja, sem laços com ensino religioso).

Esse é o modelo de escola pelo qual lutamos até hoje: uma escola de fato democrática e inclusiva, que todos possam ter acesso e concluir seus estudos com qualidade.

Apesar desse ideal de escola para todos ser um dos grandes pilares da Revolução, e ter sido muito defendido na política, não foi colocado totalmente em prática. Ao se perceber a dificuldade que seria incluir todos dentro de um sistema de ensino público, os políticos decidiram que fariam



isso por partes: primeiro incluiriam os burgueses para, em etapas, começar a incluir as parcelas mais pobres da população. Na prática, a escola dos sonhos burguesa, continuou excluindo os mais pobres.

Educação Moderna: A educação sempre é um reflexo de sua época e da sociedade em que está incluída. Na era moderna, houve um período de grande ascensão da ciência moderna, através do racionalismo de Descartes e do empirismo de Locke e Bacon.

Podemos citar **Johann Amós Comênius (1592-1670)** como um dos principais educadores da época, que é considerado hoje o pai da educação moderna. Comênius, inspirado pela criação da metodologia científica de Bacon, criou um método único, capaz de ensinar tudo a todos.

Sua obra mais famosa, **“Didática Magna”**, é um manual completo de boas práticas ao professor, onde ele relata com exatidão como deveria acontecer a aula e os processos de transmissão de conteúdos, de forma que fosse possível garantir a aprendizagem de todos os alunos. Apesar de muitos pontos de sua obra serem retrógrados e controversos, muito do que foi proposto por ele é aplicado até hoje em sala de aula.

Características essenciais da escola como conhecemos hoje como: sala com mais de quarenta alunos e apenas um professor, alunos sentados enfileirados, carteiras voltadas para a lousa onde fica o professor, o uso da cópia como ferramenta de aprendizado e a disciplina rígida foram propostas pela primeira vez justamente na “Didática Magna” de Comênius.

Apesar da escola proposta por Comênius ainda apresentar um dualismo cruel (escola de desenvolvimento integral para os ricos e escola para aprendizado de ofício aos pobres), já houve alguns avanços na democratização do acesso, incluindo alguns alunos pobres que apresentavam uma grande aptidão no aprendizado e de mulheres, que passaram a ser alfabetizadas e foram incumbidas de criar o material didático que seria utilizado nas escolas.

Outro grande educador que não podemos deixar de citar é **Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)** que escreveu o tratado “Emílio” (também conhecido como “Da Educação”), que revolucionou o olhar para a educação. Na obra, ele defende a premissa básica de que o homem nasce bom e é a sociedade que o corrompe e, sendo assim, seria papel da educação “proteger” as crianças dessa sociedade.



Para ele, a educação até os cinco anos de idade deveria ser realizada no seio familiar, privilegiando aspectos físicos e espontâneos, voltada para a preocupação em manter a criança afastada da sociedade.

Dos cinco aos doze anos a criança deveria desenvolver suas aptidões físicas e entrar em contato com o mundo natural, sem intervenções desnecessárias dos adultos. As intervenções só deveriam começar a acontecer por volta dos doze anos, quando se dá início ao aprendizado de um ofício ou profissão. Entre quinze e vinte anos, os homens deveriam estudar para florescer para a vida moral, religiosa e social.

Uma das principais características positivas desse tratado proposto por Rousseau foi a valorização dada à primeira infância e à brincadeira como forma efetiva de desenvolvimento e aprendizagem. Porém, seu modelo educacional ainda excluía as mulheres e os mais pobres.

Durante o final da Era Moderna e o início da Era Contemporânea a educação pública e gratuita começou a se tornar uma realidade concreta em alguns países, mas não ainda no Brasil. A democratização de acesso à educação no Brasil é bem mais recente.

Educação Contemporânea: Durante o século XIX houve um avanço muito grande da urbanização e do capitalismo em todo o mundo. Nesse novo paradigma, surge a necessidade de uma educação que crie mão-de-obra qualificada. Cresce então o número de escolas secundárias, que têm como objetivo oferecer o ensino profissionalizante.

A educação passa então a perder sua característica de servir para a formação integral do indivíduo, abrangendo seus aspectos éticos, estéticos e morais, e passa a ser uma educação de caráter puramente instrumentista, de preparação para mercado de trabalho.

Começa a existir um elo muito forte entre as ideias de educação e progresso, bem estar social e transformação. É importante ressaltar que nesse período surgem importantes teóricos críticos do modelo capitalista, como **Hegel e Marx**, que defendiam um modelo educacional que rompa com a estrutura capitalista e a manutenção de poder.

A educação contemporânea também é marcada pelo **desenvolvimento da Psicologia e pela sua influência na educação.**



Um dos grandes educadores desse período de mudança da Era Moderna para Era Contemporânea é **Johann Heinrich Pestalozzi (1746 – 1827)**. Ele acreditava que o afeto tinha um papel essencial na aprendizagem e que o papel do ensino seria levar as crianças a desenvolverem suas habilidades inatas e naturais.

Para ele, a escola deveria ser uma extensão do lar e oferecer conforto, segurança e afeto. Pestalozzi aplicou o que acreditava em sala de aula, pautando seu trabalho na crença da necessidade de oferecer às crianças um desenvolvimento completo, em sua dimensão intelectual, física e moral.

Para Pestalozzi, o método ideal deveria partir do ensino de sons, formas e números para, em seguida, trabalhar o aprendizado da linguagem. No seu método não existiam provas, castigos ou notas.

Por acreditar que todos deveriam ter a oportunidade de desenvolver suas aptidões naturais, Pestalozzi foi um dos grandes defensores da democratização da escola, **possibilitando, inclusive, que pessoas com deficiência tivessem direito de acesso à educação**, mesmo que naquela época essa educação fosse ofertada de modo diferente ao que ela oferecido para as demais crianças.

Já **Friedrich Froebel (1782 – 1852)**, foi importante educador e merece ser lembrado por nós pela sua contribuição em democratizar o ensino para as crianças mais novas.

Froebel defendia a importância dos primeiros anos de vida das crianças para a formação e desenvolvimento do indivíduo. Apesar de muito ligado ao ensino religioso, o educador acreditava na importância das crianças menores também terem acesso a uma educação formal, além do seio familiar, e criou os primeiros jardins de infância, que tinha como objetivo o aprendizado através da brincadeira.

Émile Durkheim (1858 – 1917), pai da Sociologia da Educação, é mais um dos autores desse período que não podemos deixar de citar. Ele defendia que a educação deveria contribuir para aprendizado de valores morais, o que facilitaria a vida em grupo e tornaria a própria sociedade melhor. Ele foi um dos grandes defensores da escola pública, gratuita, estatal e laica, que garanta acesso para todos.



Um outro autor importante e que teve um impacto bem importante na educação brasileira é o norte-americano **John Dewey (1859 – 1952)**. Ele se opunha ao modelo de educação que estava em voga até o momento, começando a enxergar o processo de ensino como ferramenta para humanização e transformação social. Ele via o aluno como um sujeito com saberes e experiências, que deveria desenvolver na escola o pensamento crítico e o raciocínio lógico.

Também destaco **Ovide Decroly (1871 – 1932)** como um grande educador nesse período. Para nós, é importante saber que ele foi um dos percussores do Movimento Escola Nova e trabalhou com meninos marginalizados. Assim como outros defensores do **Movimento Escolanovista**, foi grande ativista da escola pública, gratuita e para todos.

Breve histórico da Educação Especial no Brasil

Vimos acima como a educação foi se tornando democrática em seu acesso no país e no mundo. No Brasil, **apenas na década de 1990** as populações mais pobres começaram a ter o acesso ao ensino garantido. Mas, até então, falava-se somente daquelas crianças que tinham, a princípio, condições de permanecer na escola regular sem necessitar de um suporte diferenciado (ou seja, as crianças denominadas à época como “normais”).

Como podemos imaginar, o **processo de inclusão das crianças com deficiência das escolas públicas regulares foi um desafio ainda maior no nosso país**. Nesse subtópico, vamos fazer uma análise breve de como esse movimento aconteceu.

O atendimento das crianças com deficiência ou transtorno de desenvolvimento no Brasil começou ainda na época do Império, porém sob o viés de segregação entre as crianças ditas “normais”, e aquelas que apresentavam qualquer tipo de dificuldade em acompanhar o ritmo da sala de aula de ensino regular.

Para as crianças com deficiência, a educação tinha caráter **puramente terapêutico e de reabilitação clínica**, em **substituição** ao ensino padrão.

Segundo Brandenburg (2013), a história da inclusão no Brasil remonta ao século XIX, por meio tanto de iniciativas particulares isoladas, quanto do interesse que alguns educadores tinham no



atendimento à esse público. A preocupação do poder público com atendimento para essas pessoas só começou a surgir no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX.

Alguns movimentos como o “**Movimento Educação para Todos**”, de iniciativa popular, começam a pleitear junto ao governo que a educação passasse a também atingir essas crianças, em especial àqueles que advém de famílias mais pobres e que, na maioria das vezes, não tinha nenhum tipo de atendimento voltado para a aprendizagem.

Na Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, surge uma ideia de **integralização dessas crianças**, constando a previsão de atendimento especial para os excepcionais. Já em 1975, foi aprovada a **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**, que se trata de um documento oficial que pretende garantir o respeito e a dignidade dessas pessoas.

Na nossa já citada Constituição Federal de 1988, fica previsto que é dever do Estado garantir **atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência**, e que nas **redes regulares de ensino**, os professores deverão atender e acolher todos os estudantes.

Mesmo com essas mudanças na legislação, as crianças com deficiência ainda não haviam sido incluídas na sala de aula regular. Elas apenas foram integradas na escola, com o principal objetivo de “socializar” com as demais crianças, sem ter como foco a questão da aprendizagem.

Foi a partir **da Política Nacional de Educação Especial** que se tornou **obrigatória a matrícula** dos alunos na escola regular, sendo proibido às escolas, mesmo que particulares, recusarem a matrícula.

A inclusão de fato das crianças com deficiência na sala de aula regular com garantia de aprendizagem é um processo ainda em construção no nosso país. Foi durante os anos 2000 que a discussão em volta de um modelo de escola de fato inclusiva foi se constituindo no Brasil e, devido à temática ser recente, é um processo que ainda depende de muitos estudos, avaliações e propostas de melhoria.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA E A ESCOLA

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.)

Esse documento do MEC sobre "Fundamentação Filosófica" serve como base para a **elaboração de políticas e práticas educacionais inclusivas**, defendendo uma educação que promova **igualdade, cidadania e respeito à diversidade**.

A fundamentação filosófica da educação inclusiva busca justificar a necessidade de uma escola que acolha a todos, independentemente de suas diferenças. Ela se apoia em conceitos filosóficos como **dignidade, respeito e justiça social**, propondo uma educação que ofereça iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Ao abordar esses princípios, o documento busca criar uma estrutura teórica que oriente políticas educacionais inclusivas, promovendo o desenvolvimento integral de cada aluno.

Os princípios apresentados nesse documento servem como **orientações éticas e morais** para a criação de um sistema educacional inclusivo. Eles geralmente incluem o respeito à diversidade, a promoção da igualdade de oportunidades e o reconhecimento do valor de cada indivíduo. Esses princípios guiam as práticas pedagógicas e as políticas educacionais, reforçando que a **educação é um direito de todos** e deve ser adaptada para atender às necessidades de cada estudante.

❖ A identidade pessoal e social e a construção da igualdade na diversidade

Este princípio destaca a importância de a escola ajudar cada aluno a desenvolver sua identidade pessoal e social. A escola é vista como um espaço de **formação para a vida em sociedade**, onde se aprende a conviver com a diversidade e a respeitar as diferenças. A construção da igualdade na diversidade implica oferecer condições para que cada estudante alcance seu potencial, reconhecendo e respeitando suas particularidades e proporcionando um ambiente em que todos se sintam valorizados.



❖ A escola inclusiva é espaço de construção de cidadania

O conceito de escola inclusiva está **diretamente ligado ao exercício da cidadania**. Em uma escola inclusiva, todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, são **parte ativa do processo de aprendizagem e da vida escolar**. Essa integração promove valores democráticos e ajuda os alunos a compreender e exercer seus direitos e deveres como cidadãos, formando uma sociedade mais justa e igualitária.

❖ O exercício da cidadania e a promoção da paz

A educação para a cidadania vai além do conhecimento acadêmico e abrange **atitudes e valores necessários para uma convivência harmoniosa**. O documento propõe que a escola atue como um espaço de promoção da paz, ensinando aos alunos a **resolver conflitos de maneira construtiva, respeitar as diferenças e trabalhar em conjunto**. Esse aspecto é essencial para que a escola contribua para uma sociedade pacífica, onde cada indivíduo compreende e respeita os direitos dos outros.

❖ A atenção às pessoas com necessidades educacionais especiais

Um ponto crucial do documento é a necessidade de atenção especial para alunos com necessidades educacionais específicas. **A inclusão de estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras necessidades é uma prioridade, e a escola deve adotar estratégias pedagógicas que permitam o aprendizado de todos**. A fundamentação filosófica desse princípio está baseada no direito à **educação para todos**, propondo adaptações e recursos que garantam o desenvolvimento pleno desses alunos.



Essa estrutura filosófica enfatiza o compromisso da educação com uma sociedade mais **inclusiva e igualitária**, onde cada aluno tem a oportunidade de crescer, aprender e se integrar.

Compromisso com a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos

O documento enfatiza a importância de construir sistemas educacionais inclusivos, que **acolham a diversidade e garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa** para todos os estudantes, independentemente de suas características, origens ou condições. Esse compromisso é especialmente importante para os alunos com necessidades educacionais especiais, que historicamente enfrentaram exclusão ou falta de apoio adequado. A inclusão é vista como um princípio de justiça e equidade, permitindo que a educação seja não apenas acessível, mas adaptada às diversas necessidades e potências dos alunos. Além de promover a cidadania, a educação inclusiva busca preparar todos para uma convivência baseada no respeito às diferenças, formando indivíduos capazes de atuar na sociedade de forma ética e colaborativa.

Documentos Orientadores no Âmbito Internacional

Esses documentos internacionais são marcos para a defesa dos direitos à educação inclusiva e representam o comprometimento global com o acesso igualitário à educação. Os principais documentos são:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):** Esse documento fundamental declara que a educação é um direito humano essencial e universal. Segundo a Declaração, todos têm o direito à educação, sem discriminação, reafirmando o compromisso com uma educação acessível e de qualidade para todos, independentemente de raça, gênero, origem ou condições pessoais.
- **Declaração de Jomtien (1990):** Também conhecida como "Educação para Todos," essa declaração propõe a educação como um direito universal, enfatizando a necessidade de garantir a equidade e a universalização da educação básica. Ela reforça a importância de adaptar o ensino às necessidades de cada aluno e à diversidade de contextos culturais e sociais, para que a inclusão seja efetiva e significativa.
- **Declaração de Salamanca (1994):** Esse é um dos documentos mais influentes para a educação inclusiva. Ele reforça o princípio de que as escolas regulares devem ser inclusivas e acolher estudantes com necessidades educacionais especiais, com as adaptações



necessárias. A declaração defende que a educação inclusiva beneficia a todos e representa uma base para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e menos discriminatória.

- **Convenção da Guatemala (1999):** Essa convenção, também conhecida como Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, reafirma o direito das pessoas com deficiência à igualdade de oportunidades e à não discriminação. Ela representa um compromisso dos países signatários em eliminar barreiras para a inclusão dessas pessoas na sociedade, inclusive no sistema educacional.

Legislação Brasileira - Marcos Legais

No Brasil, diversos marcos legais orientam e protegem o direito à educação inclusiva, reforçando o compromisso do país com a igualdade de oportunidades e a diversidade nas escolas:

- **Constituição Federal (1988):** É o principal documento jurídico do país e garante a educação como um direito de todos. Em seu artigo 205, a Constituição estabelece que a educação deve promover o desenvolvimento pleno da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, sem discriminação, atendendo ao direito à igualdade.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):** O ECA reforça o direito de toda criança e adolescente a uma educação inclusiva, que respeite e valorize suas necessidades e particularidades. Ele estabelece que o acesso à educação é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996):** A LDB representa a base normativa da educação brasileira e inclui disposições para a inclusão educacional. A LDB orienta a oferta de atendimento especializado para alunos com deficiência, assegurando que o ensino regular seja inclusivo e que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.
- **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999):** Essa política reforça o direito das pessoas com deficiência à inclusão em todos os aspectos da vida social, incluindo a educação. Ela estabelece diretrizes para adaptar o ambiente escolar e os métodos de ensino para atender a esses alunos, promovendo a inclusão plena.
- **Plano Nacional de Educação (2001):** O PNE propõe metas para a educação nacional, incluindo a ampliação do atendimento e da inclusão de alunos com necessidades especiais.



Ele orienta o sistema educacional brasileiro a adotar medidas que promovam a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno de cada aluno, com vistas à inclusão.

- **Convenção Interamericana (2001):** Essa convenção visa a eliminação de qualquer tipo de discriminação contra pessoas com deficiência, reforçando o direito à educação em igualdade de condições. O Brasil, ao assinar essa convenção, reafirma o compromisso com a criação de ambientes educacionais que respeitem e acolham a diversidade.
- **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001):** Esse conjunto de diretrizes estabelece princípios e orientações para a implementação de práticas inclusivas no ensino básico. As diretrizes orientam as escolas a promoverem adaptações no currículo, nos métodos de ensino e na estrutura escolar para atender às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo um ambiente de aprendizado acessível para todos.

Esses marcos são essenciais para orientar as políticas e práticas educacionais inclusivas, promovendo o direito à educação para todos e criando uma base para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

❖ Saberes e Práticas da Inclusão

Este documento oferece uma base teórica e prática para que os educadores compreendam e implementem a inclusão nas escolas. Ele aborda as **diversas dimensões da inclusão, como as adaptações curriculares, as metodologias pedagógicas, o uso de recursos acessíveis e o papel dos profissionais de apoio**. O foco está em capacitar os professores a lidar com a diversidade em sala de aula, promovendo estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos de aprendizagem e dificuldades de adaptação ao ensino regular. O documento **incentiva o uso de metodologias ativas e recursos variados para garantir a participação e o sucesso de cada aluno**, respeitando suas características individuais.

❖ Educação Profissional

A educação profissional inclusiva visa garantir que as pessoas com deficiência tenham **acesso a programas de formação técnica e profissional**, assegurando seu direito de



desenvolver habilidades e competências que possibilitem a inserção no mercado de trabalho. Esse documento orienta as instituições de ensino profissionalizante a adaptarem seu currículo, suas práticas e seus ambientes de aprendizagem para acolher alunos com necessidades especiais. A inclusão na educação profissional representa um passo fundamental para a **autonomia, a qualificação e o desenvolvimento de carreira** dessas pessoas, incentivando uma vida produtiva e independente.

❖ Direito à Educação

O direito à educação é um princípio fundamental na construção de um sistema educacional inclusivo e igualitário. Este documento reforça que a **educação é um direito inalienável de todos os cidadãos e que deve ser oferecida de maneira a atender às necessidades específicas de cada aluno.** Ele destaca que o direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas inclui a garantia de condições para uma aprendizagem efetiva e significativa. Isso implica na adaptação de currículos, na formação continuada dos profissionais, no desenvolvimento de metodologias inclusivas e no uso de tecnologias assistivas que permitam que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, possam participar plenamente do processo educativo.

Esses documentos norteadores são essenciais para transformar a inclusão em uma prática efetiva, garantindo que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas potencialidades.

A inteligência emocional no contexto da Educação Especial Inclusiva

A **inteligência emocional**, no contexto da educação especial inclusiva, é um componente essencial para promover um ambiente de **aprendizagem acolhedor e adaptado** às diversas necessidades dos alunos. Em ambientes inclusivos, onde convivem alunos com uma **ampla gama de habilidades, dificuldades e formas de interação**, a inteligência emocional dos professores e da equipe pedagógica torna-se uma habilidade essencial para garantir que cada estudante se sinta respeitado e compreendido.

A inteligência emocional refere-se à **habilidade de perceber e reconhecer as próprias emoções, de compreender os sentimentos dos outros e de gerenciar reações emocionais de**



forma equilibrada e construtiva. Para professores e educadores em geral, essas competências são essenciais para criar uma sala de aula onde as diferenças individuais são vistas **como parte natural do ambiente**, e onde cada aluno se sente seguro para expressar suas emoções, sejam elas de alegria, ansiedade, frustração ou curiosidade. Essa abertura e aceitação ajudam a estabelecer uma comunicação positiva, que é especialmente importante em ambientes de educação especial, onde alunos podem se comunicar de maneiras variadas, incluindo comunicação alternativa ou não verbal.

A capacidade dos professores **de identificar e entender suas próprias emoções e as dos alunos** permite que eles ajustem suas abordagens pedagógicas e respostas para apoiar melhor o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. Isso significa, por exemplo, **saber interpretar sinais de frustração** em um aluno com dificuldades de aprendizagem e oferecer suporte de forma empática, ou identificar momentos em que um aluno com altas habilidades pode se sentir desmotivado por falta de desafios e promover atividades que estimulem seu interesse e engajamento.

No entanto, a inteligência emocional não se limita apenas ao controle e à expressão das emoções. Ela também envolve a **habilidade de responder adequadamente às emoções dos outros**, o que é essencial em uma sala inclusiva, onde os alunos podem ter diferentes níveis de desenvolvimento emocional e social. Professores com alta inteligência emocional sabem identificar essas variações e adaptam suas reações, sejam elas de acolhimento, estímulo ou suporte, para ajudar cada aluno a desenvolver resiliência, autocontrole e empatia.

Essa sensibilidade às emoções – próprias e alheias – contribui para um ambiente onde os alunos se sentem respeitados e seguros, **reduzindo conflitos e aumentando o potencial para o aprendizado cooperativo e para o desenvolvimento de habilidades sociais**. A criação de um ambiente acolhedor e emocionalmente seguro é um dos fatores fundamentais para que todos os alunos possam explorar suas capacidades, interagir positivamente com os colegas e evoluir em seu processo de desenvolvimento educacional.

Em uma sala de aula inclusiva, o desenvolvimento da inteligência emocional é crucial para criar um ambiente que **acolha a diversidade de necessidades e potencialize o aprendizado de todos** os alunos. Professores com alta inteligência emocional não apenas lidam bem com suas



próprias emoções, mas também são sensíveis aos sentimentos e reações de seus alunos, o que resulta em um espaço mais positivo, seguro e propício ao desenvolvimento.

Professores emocionalmente inteligentes conseguem perceber sinais emocionais dos alunos, como ansiedade, frustração ou euforia, e respondem de forma a **valorizar e respeitar** essas reações. Essa sensibilidade permite que eles adaptem a dinâmica da aula conforme o estado emocional do grupo e de cada indivíduo. Quando um aluno com deficiência demonstra sinais de cansaço ou sobrecarga, por exemplo, um professor com alta inteligência emocional consegue interromper momentaneamente a atividade para fornecer apoio ou oferecer uma pausa, demonstrando empatia e cuidado. Essa atitude contribui para que os alunos se sintam **respeitados e valorizados**, além de promover um espaço de aprendizado onde é seguro expressar emoções.

Professores com inteligência emocional elevada também são mais habilidosos em gerenciar situações de frustração ou conflito. Em uma sala inclusiva, onde as necessidades e capacidades dos alunos variam amplamente, essas situações podem surgir com frequência, **seja entre alunos com diferentes estilos de aprendizagem ou entre um aluno e a própria tarefa**, que pode ser um desafio para ele. Professores que conseguem manter a calma e a paciência em momentos críticos transmitem segurança e estabilidade, características que ajudam os alunos a se acalmarem e a desenvolverem a própria capacidade de lidar com desafios. Esse gerenciamento emocional do professor promove um clima de confiança, onde o aluno percebe que as dificuldades fazem parte do processo de aprendizagem e que ele será apoiado ao longo de seu desenvolvimento.

Além disso, esses educadores têm **maior capacidade de adaptar suas abordagens de ensino para responder às diferentes necessidades presentes em uma sala inclusiva**. Um aluno com altas habilidades, por exemplo, pode se sentir desmotivado com tarefas rotineiras; nesse caso, o professor pode propor atividades desafiadoras ou aprofundar o conteúdo para estimular seu interesse. Por outro lado, um aluno com transtornos de aprendizagem pode se beneficiar de adaptações, como o uso de materiais visuais, uma explicação mais pausada ou o reforço positivo durante o processo de aprendizagem. Essa flexibilidade requer uma leitura contínua das emoções e das reações dos alunos, e professores emocionalmente inteligentes são especialmente habilidosos em realizar esses ajustes, criando um ensino personalizado e inclusivo.

Essa postura aberta e atenta do professor com inteligência emocional elevada não só facilita o aprendizado de conteúdos acadêmicos, mas **também serve de modelo para que os alunos**



desenvolvam suas próprias habilidades emocionais. Em uma sala inclusiva, os estudantes podem aprender a gerenciar suas frustrações, a reconhecer e valorizar suas emoções e a desenvolver empatia, ao verem essas qualidades exemplificadas por seus professores. Em conjunto, essas práticas promovem um **aprendizado significativo e transformador**, onde todos os alunos, independentemente de suas necessidades e capacidades, encontram um espaço seguro para aprender e crescer.

Para os alunos, o desenvolvimento da inteligência emocional é essencial não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o seu crescimento pessoal e social. Em uma sala de aula inclusiva, onde há uma diversidade de necessidades e características individuais, trabalhar a inteligência emocional ajuda os estudantes a **desenvolverem habilidades socioemocionais como empatia, resiliência e autoconhecimento.** Essas competências permitem que eles compreendam e aceitem tanto as próprias emoções quanto as dos colegas, promovendo um ambiente de respeito e cooperação.

Empatia, por exemplo, é uma habilidade crucial para a convivência em ambientes diversos, pois permite que os alunos **se coloquem no lugar dos outros e respeitem diferentes formas de expressão, comunicação e interação.** Quando os alunos aprendem a reconhecer e valorizar as emoções dos colegas, sejam eles com deficiência ou com habilidades distintas, eles tornam-se mais dispostos a ajudar e a colaborar. Em uma sala onde se trabalha a empatia, os alunos entendem melhor as dificuldades enfrentadas pelos colegas e se mostram mais tolerantes e solidários, reduzindo a ocorrência de conflitos e promovendo um ambiente de inclusão.

Resiliência é outra habilidade essencial que a inteligência emocional fortalece nos alunos. Em um contexto educacional, a resiliência permite que os estudantes **enfrentem desafios acadêmicos e sociais de forma positiva, sem desistir diante das dificuldades.** Alunos com transtornos de aprendizagem, por exemplo, podem enfrentar momentos de frustração ao se depararem com tarefas que exigem mais esforço. Ao desenvolverem resiliência, eles aprendem a encarar esses momentos com uma atitude mais perseverante, entendendo que **erros fazem parte do processo de aprendizado.** Esse aumento na capacidade de lidar com desafios impacta diretamente na autoestima, pois cada conquista, mesmo pequena, contribui para que o aluno se sinta capaz e confiante em seu próprio progresso.



Autoconhecimento é outro aspecto fundamental que se desenvolve com a inteligência emocional e que possui **um impacto profundo na autonomia** dos alunos. Quando os estudantes são incentivados a refletir sobre suas próprias emoções, medos, motivações e habilidades, eles passam a **entender melhor seus próprios limites e potencialidades**. Esse processo de autoconhecimento permite que alunos com deficiência, por exemplo, identifiquem as estratégias de que mais precisam para se organizar e se concentrar, ou reconheçam quando é necessário pedir ajuda. A **autonomia cresce conforme o aluno adquire essa consciência de si mesmo**, sendo capaz de tomar decisões informadas sobre o que precisa para aprender e como pode participar ativamente das atividades em sala.

Para alunos com deficiência, o desenvolvimento dessas habilidades socioemocionais não só contribui para uma melhor adaptação à escola, mas também aumenta a autoestima, pois eles passam a se ver como indivíduos capazes, com um papel ativo no processo de aprendizado e na interação social. Esse aumento da autoestima fortalece a confiança do aluno em si mesmo, incentivando-o a participar mais das atividades, a estabelecer relações com colegas e a buscar soluções para desafios de forma independente.

Ao trabalhar a inteligência emocional com os alunos, a escola proporciona uma **experiência educacional mais inclusiva**, onde cada estudante é valorizado em suas particularidades e incentivado a desenvolver habilidades que facilitam sua interação com o mundo ao seu redor. Assim, os alunos não apenas se preparam para enfrentar os desafios acadêmicos, mas também constroem uma base sólida para a convivência e o desenvolvimento pessoal que levarão consigo para a vida adulta.

Para promover a inteligência emocional no contexto da educação especial, estratégias específicas ajudam os alunos a reconhecer, entender e gerenciar suas próprias emoções, ao mesmo tempo que desenvolvem habilidades para se relacionar de forma positiva com os colegas. Detalhando as principais estratégias:

1. Modelagem emocional

A modelagem emocional é uma estratégia fundamental para ensinar inteligência emocional **por meio do exemplo**. Professores e educadores que demonstram como lidar com suas próprias emoções de maneira saudável e construtiva tornam-se modelos de comportamento para os alunos.



Isso inclui mostrar como reagem em momentos de estresse, frustração ou alegria, e verbalizar essas emoções para que os alunos **aprendam a identificar e nomear sentimentos**. Por exemplo, se o professor enfrenta um problema técnico durante uma atividade e expressa, de maneira calma, "estou frustrado, mas vou resolver isso com calma", ele mostra aos alunos como **reconhecer e lidar com a frustração de maneira produtiva**.

Na educação especial, essa prática é ainda mais valiosa, pois muitos alunos têm dificuldades em interpretar e expressar suas emoções. Ao ver o professor lidando de maneira aberta e tranquila com situações emocionais variadas, os alunos aprendem a identificar suas próprias emoções e começam a desenvolver estratégias para expressá-las e geri-las. A modelagem **ajuda também na prática de empatia**: quando os professores expressam compaixão e compreensão, eles incentivam os alunos a imitarem esse comportamento com os colegas.

2. Atividades lúdicas e dinâmicas

Atividades lúdicas são eficazes para promover a inteligência emocional de forma **leve e interativa**, permitindo que os alunos explorem e expressem seus sentimentos **sem o medo de julgamento**. Jogos, histórias e dramatizações ajudam os alunos a reconhecer emoções e a praticar como respondê-las em um ambiente seguro.

Por exemplo, jogos de cartas com **rostos que representam diferentes emoções** ajudam alunos a identificar e nomear sentimentos básicos como alegria, tristeza, raiva e surpresa. Em atividades de dramatização, os alunos podem interpretar personagens em diferentes situações emocionais, o que permite que pratiquem a empatia e o reconhecimento emocional de maneira divertida e interativa. Essas dinâmicas são especialmente benéficas para alunos com autismo ou outras dificuldades sociais, pois podem fortalecer a habilidade de interpretar expressões faciais e linguagem corporal, aspectos fundamentais da comunicação emocional.

3. Intervenções socioemocionais individualizadas

No atendimento educacional especializado, é essencial **criar intervenções socioemocionais individualizadas para atender às necessidades e características de cada aluno**. Essas intervenções consideram as especificidades de cada estudante, como deficiências



cognitivas ou dificuldades de autorregulação, para desenvolver o autoconhecimento e o controle emocional de forma prática e adaptada.

Uma abordagem personalizada pode incluir sessões individuais ou em pequenos grupos, onde o aluno aprende a identificar gatilhos emocionais e estratégias de autorregulação, como respiração profunda ou contagem regressiva para se acalmar. Para um aluno com TDAH, por exemplo, atividades focadas no desenvolvimento de atenção plena (mindfulness) podem ajudar a controlar impulsos emocionais e a aumentar o foco. Em outro exemplo, um aluno com ansiedade pode ser ensinado a reconhecer sinais físicos de ansiedade, como o coração acelerado, e a adotar práticas de relaxamento, como técnicas de respiração. **A personalização é crucial** para ajudar cada aluno a alcançar suas próprias metas emocionais, desenvolvendo a autonomia necessária para enfrentar os desafios do cotidiano escolar.

4. Ambiente de aceitação e respeito

Promover um ambiente de aceitação e respeito é essencial para o desenvolvimento emocional em uma sala de aula inclusiva, pois cria um espaço onde todos os alunos se sentem **seguros e valorizados**. Isso envolve a criação de um **clima de acolhimento e colaboração**, onde a diversidade é celebrada e onde cada aluno sente que tem um papel importante na dinâmica da sala.

O professor pode estimular esse ambiente ao valorizar as contribuições de todos e ao adotar práticas que incentivem a ajuda mútua. Por exemplo, em uma atividade em grupo, ele pode **reconhecer e elogiar a maneira como um aluno ajudou o outro a concluir uma tarefa**, promovendo o respeito e a valorização das diferenças. Para promover a aceitação, os professores podem incluir **discussões regulares** sobre respeito, empatia e cooperação, integrando esses valores ao currículo, o que reforça nos alunos a importância de tratar todos com dignidade e atenção.

Esse ambiente de respeito e aceitação ajuda especialmente alunos que enfrentam desafios emocionais ou comportamentais, pois eles se sentem mais motivados e seguros para expressar suas emoções e dificuldades sem medo de julgamento. Além disso, essa prática fortalece a **autoconfiança** dos alunos, pois cada um se sente parte de uma comunidade onde suas habilidades e contribuições são reconhecidas.



Essas estratégias juntas formam uma abordagem abrangente para desenvolver a inteligência emocional dos alunos em uma sala de educação especial, criando um **ambiente inclusivo, acolhedor e propício ao desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais**.

Desenvolver a inteligência emocional no contexto da educação especial inclusiva favorece o aprendizado de competências que vão além dos conteúdos acadêmicos e auxilia na construção de um espaço educativo mais acolhedor, inclusivo e respeitoso, onde todos os alunos podem se desenvolver plenamente.

OS 4 PILARES DA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os quatro pilares da educação são um conceito proposto pela **Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**, da **UNESCO**. Esses pilares representam os princípios fundamentais que devem ser considerados no desenvolvimento de um sistema educacional completo e abrangente, capaz de preparar os indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Os pilares são:

1. **Aprender a conhecer**
2. **Aprender a fazer**
3. **Aprender a conviver**
4. **Aprender a ser**

O primeiro pilar, "Aprender a conhecer", destaca a importância de desenvolver habilidades de **pensamento crítico, criativo e analítico**. Aprender a conhecer implica em despertar a curiosidade intelectual, incentivar a **busca ativa** pelo conhecimento, compreender diferentes áreas de conhecimento e desenvolver habilidades de pesquisa. Essa base sólida de conhecimento proporciona uma compreensão ampla e uma capacidade de aprendizado ao longo da vida.

O segundo pilar, "Aprender a fazer", concentra-se no desenvolvimento de **habilidades práticas** e na capacidade de **aplicar conhecimentos** na prática. Isso envolve o cultivo de habilidades técnicas, a capacidade de resolver problemas de forma criativa, o estímulo ao empreendedorismo e o fortalecimento das habilidades de trabalho em equipe. Aprender a fazer capacita os indivíduos a se tornarem atores efetivos e produtivos na sociedade, capacitando-os para enfrentar desafios reais e contribuir para o progresso e inovação.



O terceiro pilar, "Aprender a conviver", ressalta a importância das **habilidades sociais e emocionais**. Aprender a conviver implica em desenvolver a capacidade de se relacionar harmoniosamente com os outros, independentemente de suas diferenças culturais, religiosas ou sociais. Isso requer o desenvolvimento da empatia, da tolerância, do respeito à diversidade e da promoção do diálogo construtivo. Aprender a conviver é fundamental para a construção de sociedades mais justas, pacíficas e inclusivas.

O quarto pilar, "Aprender a ser", está relacionado ao **desenvolvimento pessoal e à formação de uma identidade autônoma**. Esse pilar envolve o cultivo da **autoestima, do autoconhecimento, da ética, dos valores pessoais, da autonomia e da responsabilidade**. Aprender a ser visa à **formação integral** dos indivíduos, capacitando-os a agirem de forma autêntica, tomar decisões éticas e buscar a realização pessoal em harmonia com os outros e o mundo ao seu redor.

Esses quatro pilares da educação são **interdependentes e complementares**. Ao adotar uma abordagem educacional que leve em consideração esses princípios, as instituições de ensino têm a oportunidade de formar indivíduos conscientes, críticos, criativos e socialmente responsáveis. Esses pilares oferecem um caminho para uma educação mais holística, capaz de preparar os estudantes para enfrentar os desafios complexos e em constante evolução da sociedade contemporânea.

Assegurar a educação inclusiva em todos os pilares implica em assegurar que crianças e jovens com deficiência tenham acesso a uma **variedade de oportunidades de aprendizagem** na escola, permitindo o seu desenvolvimento pleno.

Em relação à educação especial, é importante destacar que ela se baseia **nos mesmos pilares** da educação geral. A educação especial refere-se ao conjunto de medidas educativas que visam atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem. Ela busca garantir **igualdade de oportunidades** e inclusão educacional para todos os estudantes.

A educação especial reconhece **a diversidade de habilidades e necessidades** dos alunos e procura adaptar os métodos de ensino, os recursos e o ambiente educacional para atender a essas necessidades. Ela promove a inclusão e a participação plena dos alunos com deficiência na vida escolar, social e comunitária.

É importante ressaltar que a educação especial não se limita apenas a aspectos técnicos e terapêuticos, mas também busca o desenvolvimento integral dos alunos, valorizando suas potencialidades e promovendo sua autonomia.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (2019 – VUNESP - Prefeitura de Peruíbe - Diretor de Escola) A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial – prevê, em seu Artigo 8º, que, para a dupla contabilização do aluno no âmbito do FUNDEB, é (são) necessário(s):

- a) o diagnóstico indicando a deficiência ou o transtorno global ou a alta habilidade/superdotação de profissional da área da saúde.
- b) a matrícula na classe comum concomitante à matrícula no AEE.
- c) a matrícula na classe comum e o diagnóstico de profissional da área da saúde.
- d) a matrícula no AEE e na classe especial.

Comentários:

Alternativa A Errado. Não é necessário ter diagnóstico indicando a deficiência. Basta a averiguação da necessidade por parte da instituição de ensino e o aluno já poderá frequentar o AEE mesmo durante o processo de diagnóstico.

Alternativa B Certo. Para ser duplamente contabilizado, é necessário que esse aluno frequente os dois períodos na instituição: a aula regular e o AEE.

Alternativa C Errado. Além de ser possível frequentar AEE antes de ter um diagnóstico fechado, a dupla contabilização não se dá apenas pelo aluno ter diagnóstico, é necessário que ele seja matriculado também no AEE.

Alternativa D Errado. O aluno deve ser matriculado na sala regular e não na sala especial.

Gabarito: alternativa (b)



2. (2019 – AMEOSC- Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC - Professor Educação Especial) A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo, exceto:

- a) Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior
- b) Atendimento educacional especializado.
- c) Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino.
- d) Articulação unisetorial na implementação das políticas públicas.

Comentários:

Alternativa A Certo. É fundamental que se garanta a transversalidade da educação especial em todas as modalidades de ensino, da educação infantil até o ensino superior.

Alternativa B Certo. O AEE é obrigatoriamente disponibilizado aos alunos da educação especial de forma complementar/suplementar (nunca substitutiva) a educação regular.

Alternativa C Certo. Um dos grandes desafios hoje é garantir acesso e permanência desses alunos nos níveis mais elevados de ensino, em especial nas Universidades.

Alternativa D Errado. Essa é a única exceção, as demais estão corretas. A articulação na implementação de políticas públicas deve ser **intersectorial**.

Gabarito: alternativa (d)

3. (2019 – AMEOSC- Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC - Professor Educação Infantil) De acordo com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com:



- a) Redes de apoio regionalizadas na área da educação, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros.
- b) Os centros de atendimento educacional especializado de instituições de educação especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos
- c) Instituições privadas conveniadas para essa finalidade, devendo estas serem aprovadas pela respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente municipal ou estadual.
- d) Os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

Comentários:

Alternativa A Errado. As parcerias serão desenvolvidas instituições de ensino superior.

Alternativa B Errado. O trabalho com esses alunos pode acontecer através de parcerias entre escola e universidade pública.

Alternativa C Errado. Não existe uma política de privatizações de instituições específicas para trabalharem com superdotados.

Alternativa D Certo. Esses alunos serão atendidos tanto em instituições de ensino superior como em institutos que tenham como foco pesquisa científica, a arte e o esporte.

Gabarito: alternativa (d)

4. (2019 – FUNDATEC- Prefeitura de Santa Rosa /RS - Professor Educação Especial) No contexto da Política Nacional de Educação Especial, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais tem como objetivos:

I. Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

II. Garantir o acesso ao ensino especial e a oferta do Atendimento Especial Especializado aos alunos com déficit nutricional e material.

III. Assegurar o pleno acesso dos alunos públicos-alvo da educação especial ao ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos.

IV. Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino.



Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas II, III e IV.

Comentários:

Item I Certo. As salas multifuncionais irão atender os alunos no contraturno, apoiando a organização de uma educação de fato inclusiva.

Item II Errado. As crianças com déficit material e nutricional devem sempre ser acolhidas em uma escola que seja realmente inclusiva, porém elas não são público alvo da educação especial e não serão atendidas pelo AEE.

Item III Certo. Assegurar acesso e permanência dos alunos no ensino regular em igualdade de condições é importante e segue sendo um grande desafio, em especial no ensino superior.

Item IV Certo. Também é objetivo de criação das salas de recursos poder ofertar às escolas regulares da rede pública de ensino materiais e recursos pedagógicos que favoreçam a acessibilidade, com intuito de garantir aprendizado.

Gabarito: alternativa (c)

5. (2019 – VUNESP- Prefeitura de Campinas / SP - Professor Educação Básica) A legislação brasileira prevê a educação como um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional que seja inclusivo. Cabe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico das escolas de modo que contemple a educação inclusiva, por meio da institucionalização do

- a) sistema de organização escolar para a inclusão dos alunos que se beneficiam da escola inclusiva, promovendo as adaptações nos objetos e mobiliários para os alunos com deficiências física, intelectual, sensorial e múltipla.
- b) projeto de inclusão nas escolas, permitindo que os alunos tenham acesso ao currículo sempre que estejam preparados para a sala comum e que as alterações curriculares tenham sido realizadas.



c) plano de adequação curricular, atendimento educacional especializado, adaptação dos materiais pedagógicos e práticas diferenciadas para adaptação dos alunos com deficiência intelectual, física e sensorial aos conteúdos curriculares.

d) atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos alunos e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade.

Comentários:

Alternativa A Errado. Todos se beneficiam de uma escola inclusiva, principalmente aqueles que não são público da educação especial.

Alternativa B Errado. Todos devem ter garantido seu direito de acesso e permanência em igualdade de condições no ensino regular.

Alternativa C Errado. Nem tudo precisará necessariamente ser adaptado. Pequenas mudanças, na maioria das vezes, já causam grandes e positivos impactos.

Alternativa D Certo. O AEE e as adaptações que forem necessárias do currículo são fundamentais para construção de uma escola realmente inclusiva.

Gabarito: alternativa (d)

6. (2019 – VUNESP- Prefeitura de Campinas / SP - Professor Educação Especial) Anterior à Política Nacional de 2008, que determina a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, havia a orientação da integração instrucional de forma que os termos Inclusão e Integração têm definições semelhantes, mas concepções diferentes, fundamentados em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes quando o tema é educação especial. Nessa concepção, inclusão e integração são definidas, respectivamente como:

a) inserção escolar de forma completa e sistemática; inserção condicionada às condições de acompanhar com seleção prévia dos que estão aptos.

b) matrícula condicionada às condições de acompanhar o conteúdo, com seleção prévia dos que estão aptos; matrícula escolar de forma total e irrestrita, completa e sistemática.

c) inserção de uma porcentagem de alunos aptos ou não ao acompanhamento do conteúdo; inserção de todos os alunos avaliados por equipe multidisciplinar.

d) introdução escolar de forma total irrestrita, completa e sistemática; introdução parcial de todo e qualquer educando na sala comum.



Comentários:

Alternativa A Certo. Inclusão significa acolhimento de todos, enquanto a integração trata-se de selecionar apenas os “preparados” para a escola regular.

Alternativa B Errado. Nessa alternativa, as definições foram trocadas. Matrícula condicionada ao acompanhamento do currículo é uma característica da integração, enquanto matrícula escola de forma completa se assemelha ao modelo de inclusão.

Alternativa C Errado. Não existe destinação de porcentagem de inseridos, em nenhuma das duas definições.

Alternativa D Errado. As duas definições estão inexatas.

Gabarito: alternativa (a)

7. (2019 – VUNESP- Prefeitura de Campinas / SP - Professor Educação Especial) A Lei Brasileira de Inclusão inspirada na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, define deficiência como

a) perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente de natureza intelectual, mental, física, auditiva ou visual, limitando a participação em igualdade de condições.

b) definição dada pelo laudo médico com a indicação do CID para impedimento definitivo de natureza física, intelectual ou sensorial, possibilitando que a inclusão seja realizada em acordo com as possibilidades de cada indivíduo.

c) condições físicas, intelectuais, sensoriais e/ou psicológicas de longo prazo que impedem o pleno acesso às estruturas existentes na sociedade e atribui às pessoas com deficiência a condição de participação parcial nos espaços públicos.

d) impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Comentários:

Alternativa A Errado. Não falamos em perda ou anormalidade de funções. Deficiência é um impedimento de longo prazo.

Alternativa B Errado. Apesar do laudo médico geralmente trazer a definição das especificidades da deficiência daquele indivíduo, essa não é a definição de deficiência que consta na legislação citada.



Alternativa C Errado. O ideal é que as pessoas com deficiência possam participar integralmente dos espaços públicos, algo que pode ser impedido por conta da deficiência.

Alternativa D Certo. Deficiência é um impedimento de longo prazo, que atrapalhe o sujeito a participar da vida em sociedade.

Gabarito: alternativa (d)

8. (2019 – VUNESP- Prefeitura de Campinas / SP - Professor Educação Especial) A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 menciona as diretrizes para o atendimento educacional especializado – AEE. Baseado nessa política e nas diretrizes, é correto afirmar que as atividades do AEE

a) complementam e suplementam a formação dos alunos público-alvo da educação especial, sendo substitutiva para aqueles com deficiências graves.

b) priorizam os programas de enriquecimento curricular, o ensino das linguagens e códigos específicos de comunicação para alunos com deficiências física e intelectual.

c) diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

d) disponibilizam recursos pedagógicos e de enriquecimento curricular de forma complementar, suplementar e substitutiva para o alunado da educação especial.

Comentários:

Alternativa A Errado. Em nenhuma hipótese o AEE será substitutivo ao ensino regular.

Alternativa B Errado. O AEE atende todos os alunos com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais; com transtornos globais de desenvolvimento (como autistas, por exemplo) e, ainda, superdotados.

Alternativa C Certo. O AEE não é continuação da sala regular e nem sala de reforço.

Alternativa D Errado. Novamente, nunca devemos pensar na possibilidade do AEE ser substitutivo à educação regular.

Gabarito: alternativa (c)

9. (2022 - VUNESP - Prefeitura de Francisco Morato/SP - Professor Titular de Educação Básica) Mantoan (2013), no debate acerca da inclusão escolar, argumenta a favor de uma pedagogia da diferença.



Identifique, dentre as alternativas a seguir, aquela que descreve uma prática que esteja alinhada a essa perspectiva.

- A) Criação de escolas especiais dedicadas a atender as pessoas com deficiência, dando conta de suas particularidades em relação às crianças que frequentam a escola regular.
- B) Incentivo ao trabalho colaborativo, organizado em redes e no qual o saber possa circular horizontalmente, em um ambiente escolar caracterizado pela diferença de capacidades.
- C) Divisão dos alunos em turmas de acordo com seus níveis de desempenho, criando ambientes de aprendizagem mais consistentes e adequados às capacidades de cada um.
- D) Implementação de currículos adaptados e com objetivos reduzidos que visem, por meio da consciência sobre as diferenças, eliminá-las ao longo do processo de escolarização.
- E) Promoção, por meio de uma prática educativa igualitária e homogênea, da diferenciação baseada no mérito e empenho estudantil, coerentemente com os princípios da inclusão democrática.

Comentários:

Afirmativa A Errado. Essa alternativa não está alinhada com a perspectiva da pedagogia da diferença, que busca a inclusão escolar de forma ampla e abrangente. A criação de escolas especiais segregadas para pessoas com deficiência vai contra o princípio da inclusão, que visa proporcionar oportunidades educacionais igualitárias para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências. A pedagogia da diferença valoriza a diversidade e a convivência entre alunos com diferentes características, buscando construir um ambiente inclusivo dentro da escola regular.

Afirmativa B Certo. Para uma educação que contribua para uma formação integral do sujeito ser possível, certamente será necessário adequar o currículo escolar.

Afirmativa C Errado. Essa alternativa está alinhada com a perspectiva da pedagogia da diferença. O trabalho colaborativo, organizado em redes, promove a interação entre os alunos, permitindo que compartilhem conhecimentos, habilidades e experiências uns com os outros. Esse ambiente escolar caracterizado pela diferença de capacidades reconhece e valoriza as habilidades individuais de cada aluno, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado significativas e adequadas ao seu contexto. Essa abordagem contribui para a construção de uma educação inclusiva e valoriza a diversidade dos estudantes.

Afirmativa D Errado. Essa alternativa não está alinhada com a perspectiva da pedagogia da diferença. A divisão dos alunos em turmas de acordo com seus níveis de desempenho pode levar à segregação e à estigmatização dos estudantes com dificuldades de aprendizagem. A pedagogia da diferença busca valorizar e acolher a diversidade, reconhecendo que cada aluno possui ritmos e formas de aprendizado diferentes. Ao



agrupar os alunos apenas com base no desempenho, corre-se o risco de limitar suas possibilidades de interação e aprendizagem, deixando de explorar o potencial de cada um de forma integral.

Afirmativa D Errado. Essa alternativa também não está alinhada com a perspectiva da pedagogia da diferença. Ao propor currículos adaptados e com objetivos reduzidos, com o intuito de eliminar as diferenças ao longo do processo de escolarização, corre-se o risco de negar a diversidade de capacidades, habilidades e ritmos de aprendizagem dos alunos. A pedagogia da diferença busca valorizar e respeitar as diferenças individuais, reconhecendo que cada aluno tem suas particularidades.

Gabarito: alternativa (B)

10. (2022 - VUNESP - Prefeitura de Rio Claro / SP - Professor de Educação Básica) De acordo com A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), “Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão

- A) Política
- B) Cultural
- C) econômica
- D) Pedagógica
- E) Democrática

Comentários:

Afirmativa A Certo. O trecho citado faz referência à concepção anterior de educação especial, que a entendia como algo separado e paralelo à educação comum. Essa concepção influenciou as práticas educacionais, que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência em detrimento da dimensão política da inclusão.

Afirmativa B Errado. O trecho não faz referência à dimensão cultural da educação inclusiva, mas sim à dimensão política.



Afirmativa C Errado. O trecho não aborda a dimensão econômica da educação inclusiva, mas sim a dimensão política.

Afirmativa D Errado. O trecho não se refere à dimensão pedagógica da educação inclusiva, mas sim à dimensão política.

Afirmativa E está incorreta: "democrática". Embora a educação inclusiva esteja relacionada aos princípios democráticos, o trecho citado não faz menção direta à dimensão democrática da educação inclusiva, mas sim à dimensão política.

Gabarito: alternativa (A)

11.(2022 - VUNESP - Prefeitura de Guarulhos / SP - Professor de Educação Básica) Após estudos do texto Abrindo as escolas às diferenças, de Mantoan (2001), uma coordenadora convidou os professores a criarem uma proposta que poderia ser adotada para a conquista de uma escola inclusiva e de qualidade para todos. Considerando as ideias presentes no texto de Mantoan, a proposta que atende ao solicitado e que contribui para que a escola caminhe na direção da inclusão, é aquela que propõe

A) a obrigatoriedade de o professor desenvolver um ensino específico para cada tipo de deficiência e/ou dificuldade dos alunos.

B) que os professores predeterminem a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem ensinados aos alunos deficientes, prevendo as dificuldades desses educandos.

C) a adaptação de currículos para os alunos deficientes e o encaminhamento dos estudantes com problemas de aprendizagem para as salas de reforço.

D) adoção de provas quinzenais para reduzir os conteúdos de cada avaliação, para melhorar as notas e permitir o desenvolvimento de um ensino individualizado.

E) a aprendizagem como o centro das atividades e o sucesso dos alunos como a meta da escola, independentemente do desempenho de cada um.

Comentários:

Afirmativa A Errado. Essa proposta não está alinhada com a perspectiva da inclusão escolar, pois sugere um ensino segregado e fragmentado, baseado nas características individuais



Afirmativa B Errado. Ao predeterminar a extensão e a profundidade dos conteúdos para os alunos com deficiência,, estamos limitando suas oportunidades de aprendizagem e reforçando uma abordagem segregada.

Afirmativa C Errado. A nomenclatura já apresenta um erro importante: falamos em aluno com deficiência e não aluno deficiente. Além disso, dentro de uma perspectiva inclusiva, devemos sempre priorizar uma perspectiva de formação contínua e de processos formativos de avaliação.

Afirmativa D Errado. A ênfase na melhoria das notas e a redução de conteúdos através de provas quinzenais não aborda as necessidades individuais de aprendizagem dos alunos.

Afirmativa E Certo. Ao colocar a aprendizagem como o centro das atividades e priorizar o sucesso de todos os alunos, independentemente de seu desempenho, está-se promovendo uma abordagem inclusiva.

Gabarito: alternativa (E)

12. (2023 - VUNESP - Prefeitura de São Bernardo do Campo / SP - Professor de Educação Básica)

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços.

Conforme Mantoan (In: ARANTES, 2006), ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe

A) a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial regular.

B) o trabalho conjunto para que os alunos nivelem-se em conhecimentos a um padrão democraticamente estabelecido para cada ano escolar.

C) a criação de grupos de reforço escolar e de aceleração da aprendizagem para alunos com dificuldades de assimilação dos conteúdos das disciplinas.

D) o enquadramento dos estudantes na cultura da igualdade, pautada por um projeto igualitarista e universalista e por um esforço racional de ordenamento do mundo.

E) a organização pedagógico-escolar focada em alunos ideais, padronizados segundo a concepção de normalidade definida pela sociedade moderna.

Comentários:



Afirmativa A Certo. A inclusão busca promover a igualdade de oportunidades e a equidade no acesso a bens e serviços educacionais

Afirmativa B Errado. Embora o trabalho conjunto seja importante para promover a igualdade de oportunidades, o foco na padronização dos conhecimentos em um padrão estabelecido pode limitar a valorização das diferentes habilidades e potenciais dos alunos.

Afirmativa C Errado. A criação de grupos de reforço escolar e aceleração da aprendizagem pode perpetuar a ideia de que alguns alunos são menos capazes e precisam de medidas especiais para acompanhar o restante da turma.

Afirmativa D Errado. Embora a inclusão busque promover a igualdade de oportunidades, não se trata de enquadramento dos estudantes em uma cultura de igualdade imposta ou de um esforço racional de ordenamento do mundo. A inclusão reconhece a diversidade e valoriza as diferentes identidades.

Afirmativa E Errado. A inclusão busca superar a concepção de normalidade definida pela sociedade moderna e reconhece a diversidade de habilidades, características e identidades dos alunos. A organização pedagógico-escolar inclusiva busca atender às necessidades individuais dos estudantes, em vez de focar em uma padronização baseada em alunos ideais.

Gabarito: alternativa (A)

13. (2019 - VUNESP - Prefeitura de Ribeirão Preto / SP - Professor de Educação Básica) Uma estudante com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista foi matriculada em uma sala regular de ensino. Segundo relatos da professora, é a primeira vez que a docente trabalha com uma aluna autista e, por isso, realizou leituras e buscou informações sobre o distúrbio. A estagiária se encontra nessa mesma situação, sendo seu primeiro contato. A aluna fica a cargo da estagiária para que a professora possa trabalhar com o restante da sala. Assim, a estagiária já construiu um vínculo com a menina, realizando os contatos pedagógicos e intervenções. Foi colocado um colchão no fundo da sala para que a aluna possa se deitar e dormir, o que costuma fazer por duas horas diariamente. Ela também se dirige para lá quando está irritada. Seu ensino na escola é adaptado, específico para seu transtorno, com atividades facilitadas, cujo nível de profundidade foi previamente determinado pela professora (caso adaptado de Ferreira e Bezerra, 2016). De acordo com a discussão de Mantoan (2001) a respeito da inclusão escolar, é possível afirmar que o caso descrito

A) é um exemplo de sucesso, pois a aluna se encontra em sala de aula comum, o que já caracteriza sua inclusão.



B) representa a prática de segregar os atendimentos e individualizar o trabalho com a aluna de modo a mantê-la excluída, ainda que dentro de sala regular.

C) mostra uma inversão dos papéis, já que a professora deveria se incumbir da aluna especial, enquanto a estagiária, menos experiente, conduziria a turma.

D) indica a necessidade de encaminhamento da aluna a uma escola especializada, que conte com professores capacitados para seu caso.

E) ilustra a boa articulação da equipe pedagógica que, dividida, atende bem aos alunos normais e especiais simultaneamente, incluindo a todos.

Comentários:

Afirmativa A Errado. Embora a aluna esteja matriculada em uma sala regular de ensino, é necessário analisar a abordagem e as práticas educacionais adotadas para determinar se sua inclusão está sendo efetiva. O fato de estar na sala de aula comum não garante automaticamente uma inclusão de qualidade. É necessário considerar se estão sendo proporcionadas as adaptações e o apoio necessários para atender às necessidades específicas da aluna

Afirmativa B certo. É importante considerar se a abordagem individualizada está sendo realizada com o objetivo de promover a inclusão e o desenvolvimento da aluna, adaptando as atividades de forma a atender às suas necessidades específicas.

Afirmativa C Errado. A descrição não indica uma inversão de papéis, mas sim uma divisão de responsabilidades entre a professora e a estagiária. Embora seja comum que os professores tenham mais experiência e conhecimento sobre a inclusão, não podemos assumir que a estagiária seja menos capaz de lidar com a aluna autista. A forma como as tarefas são distribuídas pode variar de acordo com a dinâmica da equipe e a estrutura da escola.

Afirmativa D Errado. A decisão de encaminhamento deve ser baseada em uma avaliação cuidadosa das necessidades da aluna, considerando-se também as possibilidades de apoio e adaptação dentro da escola regular.

Afirmativa E Errado. A descrição destaca uma abordagem em que a equipe pedagógica, incluindo a professora e a estagiária, trabalha em conjunto para atender tanto os alunos comuns quanto a aluna com Transtorno do Espectro Autista. A existência de um colchão no fundo da sala indica a tentativa de fornecer um espaço adequado para que a aluna se sinta confortável e lide com suas necessidades específicas. No entanto, é importante avaliar se as atividades estão sendo adaptadas de maneira apropriada para atender às necessidades da aluna e promover sua inclusão efetiva.



Alternativa B Errado. O AEE atende todos os alunos com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais; com transtornos globais de desenvolvimento (como autistas, por exemplo) e, ainda, superdotados.

Alternativa C Certo. O AEE não é continuação da sala regular e nem sala de reforço.

Alternativa D Errado. Novamente, nunca devemos pensar na possibilidade do AEE ser substitutivo à educação regular.

Gabarito: alternativa (c)

LISTA DE QUESTÕES

1. (COPERVE - UFSC - 2018 - UFSC - Pedagogo - Educação Especial)

Sobre a história da educação especial, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

() Atualmente considera-se que o termo mais adequado para se referir aos estudantes com alguma deficiência é “portador de deficiência”.

() A educação especial sempre se caracterizou e se organizou em uma perspectiva inclusiva.

() A história da educação das pessoas com deficiência no Brasil mostra que o poder público assumiu integralmente o atendimento educacional dessas pessoas desde o período imperial.

() Por muito tempo a educação especial foi ofertada como atendimento educacional especializado, substitutivo ao ensino comum, em instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

a) F – V – V – F

b) V – F – F – V

c) F – F – F – V

d) V – V – F – F

e) V – F – V – F

2. (COPERVE - UFSC - 2018 - UFSC - Pedagogo - Educação Especial)



A primeira iniciativa brasileira quanto à organização de serviços para atendimento educacional das pessoas com deficiência ocorreu com a criação:

- a) do Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-Mudos.
- b) das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).
- c) das classes especiais.
- d) da Sociedade Pestalozzi.
- e) das salas de recursos multifuncionais.

3. (CESPE - 2018 - FUB - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais)

Com relação a marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil, julgue o item a seguir, de acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

No Brasil, o atendimento educacional a pessoas com deficiência foi iniciado com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos — atualmente chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC) — e do Instituto dos Surdos-Mudos — atual Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES).

- () Certo
- () Errado

4. (IESES - 2015 - IFC-SC - Educação Especial)

Sobre a História da educação especial brasileira, analise as afirmativas a seguir: I. Com o propósito de oferecer educação especial às pessoas com deficiência mental, implantou-se na cidade do Rio de Janeiro, em 1954, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), sob a inspiração de Dona Beatrice Bemis, mãe de uma moça com Síndrome de Down, que, reunida com um grupo de pais, amigos e profissionais, instalou uma “escola para crianças excepcionais”, com o apoio do professor La Fayette Cortes. II. Na década de 1990, percebe-se uma mudança, tanto no discurso da educação brasileira como na educação especial. Essa década vem sendo considerada como marco para a Educação Especial brasileira, em função das proposições políticas para a educação especial, que se articulam numa perspectiva inclusiva ao incorporarem as orientações internacionais, tratadas nas Declarações de Educação para Todos e de Salamanca. III. A LDB 9394/96, em seu artigo 59, prevê que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em



virtude de suas deficiências. IV. Atualmente, a escola especial já não substitui mais o ensino na escola comum. Hoje, as APAEs, em parceria com a Escola Regular, vêm remodelando o atendimento pedagógico na demanda específica dos alunos com necessidades educacionais especiais, substituindo aquela visão de espaço de segregação das instituições, para alcançar um trabalho de respeito à inclusão dentro das escolas regulares, onde as ações decorrem de uma ênfase na parceria e efetivação da inclusão na sociedade. Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- d) Somente a afirmativa IV é verdadeira.

5. (IF-PE - 2019 - IF-PE - Pedagogo)

Relacione o decreto, as leis e as resoluções com as afirmações e, em seguida, marque a alternativa que corresponde à sequência CORRETA.

1. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.
2. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
3. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.
4. Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.
5. Resolução CNE/CEB nº 02 de 30 de janeiro de 2012.

() O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

() O Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos.

() As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

() Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais,



organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns.

() Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

- a) 2, 5, 1, 4, 3
- b) 2, 5, 3, 1, 4
- c) 3, 5, 1, 4, 2
- d) 1, 3, 2, 5, 4
- e) 3, 5, 4, 2, 1

6. (IBADE - 2019 - Prefeitura de Vilhena - RO - Cuidador de Alunos)

No decorrer da História da Educação, foram observadas várias transformações no âmbito da educação especial, sobretudo no que tange a (o):

- a) assistência aos pais.
- b) assistência aos alunos.
- c) trato diferenciado para os alunos com necessidades especiais.
- d) espaços especiais nas escolas para os alunos.
- e) inclusão social.

7. (Unoesc - 2024 - Prefeitura de Joaçaba - SC - Profissional de Educação Especial)

A história da Educação Especial, no Brasil e no mundo, remonta a séculos de evolução e mudanças significativas. Desde as primeiras iniciativas de segregação até os movimentos de inclusão, diversos eventos marcaram esse percurso. Porém, um evento histórico internacional marcou um avanço significativo na perspectiva inclusiva da Educação Especial.

Assinale a alternativa que indica qual foi o evento histórico que marcou o avanço da Educação Especial.

- a) A Declaração de Viena, em 1993.
- b) A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006.
- c) A Declaração de Salamanca, em 1994.



d) O Tratado de Versalhes, em 1919.

8. (UFSC - 2023 - UFSC - Pedagogo/Educação Especial)

Com base na história da educação especial e do atendimento às pessoas com deficiência, assinale a alternativa correta.

- a) Inicialmente, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram consideradas improdutivas e encaminhadas para instituições especializadas. Por influência dos organismos internacionais, foram propostas políticas de perspectiva inclusiva.
- b) Ao longo da história, as pessoas com deficiência sempre foram matriculadas em escolas da educação básica.
- c) As pessoas com deficiência sempre estudaram em instituições especializadas, independentemente dos encaminhamentos das políticas educacionais brasileiras.
- d) As pessoas com deficiência não tiveram nenhum tipo de atendimento educacional especializado ao longo da história.
- e) As primeiras instituições especializadas no Brasil foram para pessoas com deficiência intelectual, em função das suas especificidades.

9. (FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Santa Rosa - RS - Professor de Educação Especial)

Considerando as características da história da Educação Especial no Brasil e o período conhecido como "institucionalização", assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na década de 1930, a sociedade começou a organizar associações de pessoas envolvidas com a questão da deficiência, através da criação de instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente em localidades distantes das famílias.
- b) Na década de 1930, foram observadas ações governamentais visando à criação de instituições para atender às necessidades das pessoas com deficiência, sendo criadas escolas anexas aos hospitais e ao ensino regular.
- c) A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) foi fundada em 1950 com o objetivo de habilitar e reabilitar crianças e jovens com deficiência física, visando à integração social.
- d) Em 1926, foi criado o primeiro Instituto Pestalozzi do Brasil, inicialmente funcionando como um internato voltado para o atendimento de pessoas com deficiência visual.



e) O grande aumento no número de instituições ocorreu entre os anos de 1960 e 1970, com o predomínio de instituições voltadas para os estudantes com deficiência intelectual.

10. (CEPERJ - 2022 - AL-MA - Técnico de Gestão Administrativa - Pedagogo)

Na história da Educação Especial Brasileira, podemos dizer que um modo cronologicamente organizado, que passamos pelos seguintes modelos:

I. Os anos 1970 representam a _____ da Educação Especial.

II. Nos anos 1980, tendo como influência o Artigo 208 da Constituição Federal, práticas tradicionais da Educação Especial passaram a ser questionadas e iniciamos o modelo denominado _____

III. Nos anos 1990, seguindo a tendência mundial pela escola que acolha todos os alunos, independente de suas características físicas, sensoriais ou intelectuais, demos início ao modelo atual denominado Educação _____.

Marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de palavras, completando os espaços em branco das sentenças acima.

- a) Segregação, Integração, Inclusiva.
- b) Socialização, Integração, Inclusiva.
- c) Institucionalização, Integração, Inclusiva.
- d) Institucionalização, Socialização, Integracionista.

11. (VUNESP - 2022 - Prefeitura de Rio Claro - SP - Professor de Educação Básica 1 (Quadro 2))

De acordo com A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), "Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão

- a) política".
- b) cultural".



- c) econômica”.
- d) pedagógica”.
- e) democrática”.

12. (FAU - 2024 - Prefeitura de Bom Jesus do Sul - PR - Professor Especialista)

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve marcos históricos e sociais de suma importância no desenvolvimento de Políticas Públicas bem como de Organizações de Trabalho Pedagógico. Assim, em termos de História da Educação Especial, podemos pontuar CORRETAMENTE como:

- a) Não existem traços marcantes nem temporais do atendimento aos deficientes brasileiros.
- b) Não existem registros em termos históricos das pessoas com deficiência, apenas as Leis.
- c) É importante que adentremos os espaços históricos para compreender que a Educação Especial e o atendimento a pessoas com deficiência não tem importância no contexto nacional.
- d) No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.
- e) A História da Educação aborda apenas as questões das pessoas surdas, reconhecendo-as, somente.

13. (FGV - 2014 - SEDUC-AM - Professor de Educação Especial - Português)

Com relação à história da Educação Especial no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. No século XIX, alguns brasileiros deram início à organização de serviços de atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos, inspirando-se em experiências realizadas na Europa e nos Estados Unidos da América.
- II. A inserção da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” ocorreu no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX, na política educacional do país.
- III. Em setembro de 1854, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro.

Assinale:



- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

14. (FAUEL - 2024 - Prefeitura de Maringá - PR - Cuidador Infantil - Feminino)

Nos anos de 1854 e 1857, foram criados no Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial, dois importantes institutos que são considerados marcos fundamentais na história da educação especial no Brasil. Tais institutos foram criados para atender a quais demandas específicas de deficiências?

- a) Deficiências mentais e físicas.
- b) Deficiências visuais e mentais.
- c) Deficiências visuais e auditivas.
- d) Deficiências auditivas e intelectuais.

15. (FUNDATEC - 2023 - Prefeitura de Sapucaia do Sul - RS - Auxiliar de Disciplina)

Analisando a história da Educação Especial tanto no Brasil como no mundo, observa-se que ela passou por diferentes etapas até chegar à fase da inclusão, que surgiu na segunda metade da década de 1980 e adentrou o século 21. Sobre o processo de inclusão, assinale a alternativa correta.

- a) Um dos seus princípios norteadores é a valorização da diversidade humana devido à sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas.
- b) O papel do professor deve ser o de manter-se como agente exclusivo de informação e formação.
- c) A integração de alunos nas classes comuns pode acontecer desde que eles consigam adaptar-se a elas, ou seja, sem modificações no processo pedagógico já existente na escola.
- d) A aceitação das diferenças individuais deve ser vista como um obstáculo e não como um atributo.
- e) O professor deve organizar e planejar atividades que evitem o confronto de pontos de vista divergentes para a produção do conhecimento.



16. (FACET Concursos - 2023 - Prefeitura de Barra de Santa Rosa - PB - Professor de Educação Básica 2 - História)

Sobre as fases da Educação Inclusiva no Brasil, assinale a alternativa que NÃO corresponda às quatro fases do processo histórico da educação especial e da educação inclusiva:

- a) Fase da adaptação.
- b) Fase da inclusão total.
- c) Fase da segregação.
- d) Fase da exclusão.
- e) Fase da integração.

17. (FGV - 2019 - Prefeitura de Angra dos Reis - RJ - Inspetor de Alunos)

A trajetória histórica da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é marcada pela tensão entre os conceitos de Educação Inclusiva e Educação Especial.

Assinale a opção que identifica corretamente os dois conceitos.

- a) Educação Inclusiva e Especial significam a mesma coisa, pois se referem à inclusão de pessoas deficientes nas escolas comuns
- b) Educação Inclusiva é o oposto de Especial, já que se refere ao princípio constitucional da igualdade entre os cidadãos.
- c) Educação Inclusiva é mais abrangente que a Especial, pois integra todos os alunos no processo de aprendizagem.
- d) Educação Inclusiva e Especial designam modos pedagógicos de lidar com os vários recursos de acessibilidade na escola.
- e) Educação Inclusiva e Especial se referem à separação entre escola regular e escola especial.

18. (CESPE - 2018 - FUB - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais)

Com relação a marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil, julgue o item a seguir, de acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

No Brasil, a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum.



- () Certo
() Errado

19. (CPCON - 2024 - Prefeitura de Soledade - PB - Cuidador)

O documento que apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, identifica marcos históricos e normativos sobre educação especial no Brasil. Considerando esses marcos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No início de 1920, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, no MEC, como a primeira ação da educação inclusiva, pois propunha a integração das crianças com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino regulares.
- b) A educação inclusiva vem implicando mudanças estruturais e culturais nas escolas e sistemas de ensino, para que todos os alunos, independentemente de suas especificidades e necessidades educacionais, possam ser atendidos nas salas comuns e, neste sentido, as escolas e classes especiais passaram a ser repensadas.
- c) A Política Nacional de Educação na perspectiva da educação inclusiva visa a constituir políticas voltadas exclusivamente para estados e municípios promoverem uma educação com qualidade voltada para contemplar estudantes com deficiência.
- d) No Brasil, o atendimento para estudantes com necessidades educacionais teve início no começo do século XX, com o instituto Pestalozzi.
- e) O paradigma educacional que fundamenta a educação inclusiva propõe que igualdade e diferença são valores que se contrapõem, sendo dissociados.

20. (CPCON - 2023 - Prefeitura de Sumé - PB - Cuidador Educacional)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um documento do Ministério da Educação (BRASIL,2008) que objetiva constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos e apresenta marcos históricos e normativos da Educação Especial no Brasil. Sobre como se organizou a Educação Especial no Brasil antes da Constituição de 1988, marque a alternativa CORRETA.

- a) A educação especial nesse período foi estabelecida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular.



- b) Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de 'políticas especiais' para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.
- c) Nesse período, a Educação Especial foi organizada, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, de modo que o Ministério da Educação promoveu um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade.
- d) Nacionalmente, foi estabelecida a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, através da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como um dos princípios para o ensino e foi garantida a Educação Especial, como dever do Estado, com a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
- e) Nesse período, foi preconizado que os sistemas de ensino deveriam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegurando a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

21. (AOC - 2018 - Prefeitura de Feira de Santana - BA - Professor - Geografia)

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem como um dos seus marcos históricos

- a) o Pacto de São José da Costa Rica (1992).
- b) o Protocolo de Palermo (2004).
- c) a Convenção da ONU (2000).
- d) o Pacto da Sociedade das Nações (1999).
- e) a Convenção da Guatemala (1999).

22. (IMA - 2019 - Prefeitura de Fortaleza dos Nogueiras - MA - Professor de Educação Especial)

Sobre os marcos históricos e normativos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, marque a alternativa INCORRETA.

- a) No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto



Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

b) Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

c) A Lei nº 8.567/2008 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

d) A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012. Além de consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula à pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

23. (CESPE - 2018 - FUB - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais)

Com relação a marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil, julgue o item a seguir, de acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

No Brasil, o atendimento educacional para pessoas com deficiência iniciou-se no século XX.

() Certo

() Errado

24. (CESPE - 2018 - FUB - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais)

Com relação a marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil, julgue o item a seguir, de acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Recomenda-se que alunos surdos matriculados na escola regular frequentem turmas comuns em que haja outros estudantes surdos.

() Certo



() Errado

25. (VUNESP - 2019 - Prefeitura de Campinas - SP - Supervisor Educacional)

Com a Declaração de Salamanca, inaugura-se o mais novo e mais justo paradigma da história da educação das pessoas com deficiência, o paradigma da inclusão. Entretanto, segundo a Revista da Educação Especial (v. 4, n. 1, jan./jun. 2007a), com relação a um grupo determinado de pessoas, a Declaração deixa uma exceção aberta à inclusão: ela sugere que, devido a problemas de comunicação que essas pessoas enfrentam, a educação delas pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. Esse grupo é composto por alunos

- a) cegos.
- b) surdocegos.
- c) autistas.
- d) hiperativos.
- e) superdotados.

26. (IBFC - 2023 - SEE-AC - EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROFESSOR-PNS-P2 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE)

A história nos mostra que existem pessoas diferentes desde os tempos mais remotos da civilização, mas são poucos os relatos escritos a respeito dessas pessoas. Na Antiguidade havia duas posturas em relação às pessoas doentes, idosas ou deficientes: uma postura era de aceitação, tolerância; outra, majoritária, que optava pela eliminação, menosprezo ou destruição. Esse período é caracterizado pela ignorância e não aceitação do ser deficiente. De acordo com os fundamentos da Educação Especial, analise as afirmativas abaixo.

I. A igreja, no período da Idade Média, condenou o infanticídio, mas ao mesmo tempo acreditava que as anormalidades, deficiências que as pessoas possuíam eram conferidas por causas sobrenaturais.

II. No século XVII e XVIII, observa-se o descaso para com os deficientes mentais, eles eram internados nas mesmas instituições: orfanatos, manicômios, prisões, onde ficavam juntos com outros excluídos, como: delinquentes, doentes mentais, velhos e pobres. Esse período também é conhecido como fase de exclusão, época em que a pessoa com deficiência não recebia nenhuma atenção educacional e nem outros serviços assistenciais.

III. O segundo momento da história da Educação Especial é conhecido por era das instituições ou fase de segregação institucional que compreende finais do século XVIII e começo do século XIX.



É nesse período que a Educação Especial realmente iniciou, quando parte da sociedade admite a necessidade de prestar alguma assistência às pessoas com deficiências.

IV. A Educação Especial começa a fundamentar em princípios norteadores. De acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

V. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão, que é considerada terceira fase da educação especial.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III apenas
- b) I, II, IV e V apenas
- c) I, III, IV e V apenas
- d) I, II, III, IV e V

27. (AMAUC - 2021 - Prefeitura de Alto Bela Vista - SC - Professor Educação Especial)

A Educação Especial no Brasil percorreu, ao longo da história, vários paradigmas, dentre eles, o da Segregação, da Integração e da Inclusão. Em setembro de 2020 o governo federal aprovou por meio do DECRETO Nº 10.502, a proposta da nova Política Nacional de Educação Especial. De acordo com este decreto, a nova política apresenta uma perspectiva:

- a) Equitativa, Igualitária e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- b) Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- c) Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- d) Inclusiva, Igualitária e com Aprendizado em todos os níveis de ensino.
- e) Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado em todos os níveis de ensino.

28. (Instituto Consulplan - 2024 - Prefeitura de Santa Maria de Jetibá - ES - Pedagogo Social)

Os desafios presentes na história da educação sobre o acesso e a permanência dos educandos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino inclusivas, no decorrer das últimas décadas, geraram inúmeras reflexões, debates e discussões envolvendo os diversos setores da sociedade, da economia e da política, que promoveram a implementação de ações legais sobre a inclusão destes no contexto escolar. A educação especial na perspectiva inclusiva



tem como objetivo assegurar o acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação ao ensino regular, norteando os sistemas de ensino para gerar respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- I. Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
- II. Atendimento educacional especializado.
- III. Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino.
- IV. Participação da família e da comunidade.
- V. Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

São consideradas garantias previstas nesta política o que se afirma em

- a) I, II, III, IV e V.
- b) III, apenas.
- c) II e V, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

29. (Avança SP - 2024 - Prefeitura de Caconde - SP - Professor de Educação Básica I)

Em relação à legislação e política educacional na perspectiva da educação inclusiva, assinale o marco histórico e normativo que tem como “eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada”.

- a) Criação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.
- b) Criação do Centro Nacional de Educação Especial.
- c) Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) Publicação da Política Nacional de Educação Especial.
- e) Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

30. (FURB - 2019 - Prefeitura de Blumenau - SC - Professor - Educação Especial - Matutino)

Em relação à historicidade da educação especial, associe as palavras da primeira coluna com as afirmativas da segunda coluna:



Primeira coluna:

- 1- Marginalização
- 2- Segregação
- 3- Integração
- 4- Inclusão

Segunda coluna:

- () Criação do Imperial Instituto Meninos Cegos e, em seguida, do Instituto Imperial dos Surdos-mudos caracterizam uma das fases da educação especial no Brasil.
- () Após a Segunda Guerra Mundial, surge um período de reabilitação de ex-combatentes que caracterizam também o início de uma época histórica da educação especial.
- () Abandono, morte e assassinato caracterizam esse período de atenção e atitude às pessoas com deficiências.
- () Garantia de acesso e permanência em sistemas de ensino que se adaptam às condições do público-alvo da educação especial.

Dessa forma, está correta a alternativa:

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
- b) 2 – 1 – 4 – 3.
- c) 4 – 2 – 3 – 1.
- d) 3 – 2 – 1 – 4.
- e) 2 – 3 – 1 – 4.

GABARITO



1. C



2. A
3. CERTO
4. A
5. A
6. E
7. C
8. A
9. D
10. C
11. D
12. D
13. E
14. C
15. A
16. A
17. C
18. CERTO
19. B
20. B
21. E
22. C
23. ERRADO
24. CERTO
25. B
26. D
27. C
28. A
29. A
30. E





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.